



## O DECLÍNIO DOS MODELOS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O DESEMPREGO ENTRE OS TRABALHADORES CADASTRADOS NO SINE/PI, EM TERESINA.

Fabiana Rodrigues de Almeida Castro <sup>1</sup>

### RESUMO

Este texto aborda a crise experimentada pelo mundo do trabalho a partir das premissas surgidas a partir do modo de produção *fordista* e do *keynesianismo*, a relação destes com o capitalismo e as implicações para o mundo do trabalho. Aborda, ainda, a principal consequência da crise para os trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, no período de 2004 a 2008. Para isso, utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica. Constatou-se que a crise do modo de produção capitalista contribuiu para o aumento do desemprego entre os trabalhadores cadastrados no SINE/PI, no período pesquisado, deixando-os vulneráveis ao mercado de trabalho precarizado.

**Palavras-Chave:** *Fordismo*. Capitalismo. Desemprego.

### ABSTRACT

This paper discusses the crisis experienced by the world of work, from the emergence of modes of production *Fordism* *Keynesianism*, their relationship with capitalism and the implications for the world of work. It also discusses the main consequences of the crisis for workers enrolled in SINE / PI, Teresina, in the period 2004 to 2008. It was used bibliographical and literature research. It was found that the crisis of the capitalist mode of production has increased unemployment among workers enrolled in SINE/PI, in the period studied, leaving them vulnerable to the precarious job market.

**Keywords:** *Fordism*. Capitalism. Unemployment.

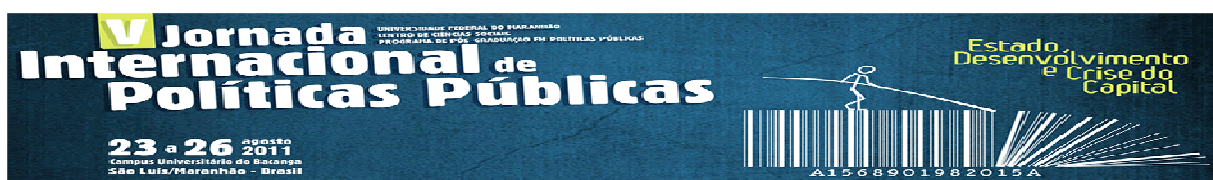
## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute a crise dos modelos de produção capitalista e os efeitos desta sobre o mundo do trabalho e, em especial, dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, no período entre 2004 e 2008.

O mundo do trabalho tem sido alvo de muitas transformações ao longo dos últimos 20 anos, tanto no aspecto conceitual como no prático. A antiga figura do emprego com carteira

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). [fabiana.kastro@hotmail.com](mailto:fabiana.kastro@hotmail.com)



assinada, revestido de estabilidade e de uma jornada de trabalho determinada, vem sendo gradualmente substituída pelo trabalho temporário, virtual, instável, e sem garantias de permanência.

O panorama favorável apresentado pelo mercado de trabalho teve seu apogeu no século passado, até meados da década de 1960, quando entrou em decadência o sistema de produção *taylorista/fordista*. Iniciou-se, então, a crise do sistema capitalista de produção que teve suas origens nas estratégias de superação dos problemas de recessão econômica dos anos de 1929. A partir de então, o modelo responsável pelos anos de ouro do trabalho e do trabalhador começou a declinar.

A crise do modo de produção capitalista atingiu todos os países capitalistas desenvolvidos dando início a um longo período que se caracterizou pela alta dos preços e aumento do desemprego. O mundo do trabalho também experimentou profundas transformações que alteraram a configuração deste no cenário mundial.

Na tentativa de superação da crise, a partir da década de 1970, o governo brasileiro adotou um conjunto de reformas, em todos os setores, dentre as quais se verificou a preocupação com a criação de um sistema público de emprego na tentativa, senão de sanar, pelo menos amenizar o desemprego crescente.

A partir de então, o Sistema Nacional de Empregos-SINE passou a cadastrar e encaminhar os trabalhadores desempregados ao mercado formal, ficando também responsável por ofertar qualificação ao restante da parcela da mão-de-obra excluída e financiar as condições de sobrevivência destes por um curto espaço de tempo com o pagamento do seguro-desemprego.

Este artigo pretende, pois, abordar a situação dos trabalhadores cadastrados no SINE/PI, no período entre 2004 e 2008, em meio a esta nova realidade do mundo do trabalho no capitalismo.

## **2 OS ANOS DE OURO DO MODELO DE PRODUÇÃO FORDISTA/TAYLORISTA/KEYNESIANISTA**

O trabalho e o trabalhador já vivenciaram seus momentos de glória com o surgimento de duas correntes que abordaram o modo de produção no século passado.

A primeira, idealizada por *Frederick W. Taylor*, que ficou conhecida como *taylorismo*, surgiu por volta do início do século XX, nos Estados Unidos, no momento em que o capitalismo entrava na sua fase monopolista. Concebido como um sistema de gestão produtiva baseado na especialização do operário a partir da fragmentação de tarefas com o intuito de elevar os níveis de



produção industrial, o modo de produção *taylorista* revolucionou o sistema fabril do começo do século XX, tornando-se “[...] um dos sustentáculos do poderio econômico norte-americano [...]”, segundo afirma Heloani (2003, p. 39). Nesse período, o capitalismo inaugurou um longo período de acumulação de capital que potencializou a intensificação do trabalho em busca de mais produtividade.

Simultaneamente ao *taylorismo* americano, espalhou-se pela França o *fordismo*, idealizado por *Henry Ford*, que, segundo Heloani (2003, p. 50) “[...] apresentou-se como nova proposta de gestão da produção, paralelamente à consolidação do *taylorismo*”. O *fordismo* pregava a verticalização das estruturas produtivas e sustentava-se em dois pilares principais: o uso da tecnologia e a adoção dos princípios *tayloristas*.

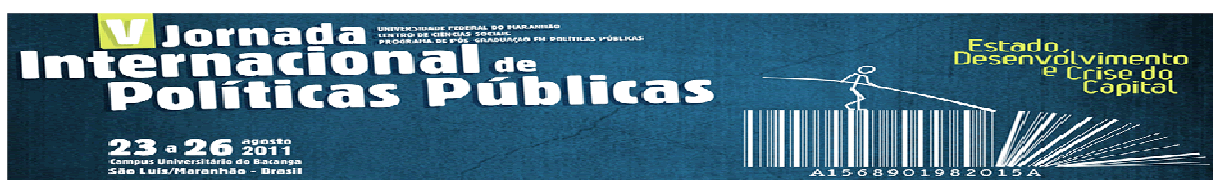
Associado a esses modelos, surge em 1926, com John M. Keynes, o *keynesianismo*, corrente econômica que se propunha a regular o mercado que, até então, seguia o ideário liberal de *Adam Smith*, baseado na *auto-regulação*. A nova corrente pregava a *ineficiência* dos mecanismos do capitalismo no controle e regulação social e, ao mesmo tempo, se apresentava como uma saída à crise do capitalismo, rompendo totalmente com as idéias de *Smith* e propondo a intervenção estatal nas áreas necessárias, como forma de garantir o controle do mercado. A junção deste modelo ao de *Ford* recebeu o nome de *fordista-keynesiano*.

A adoção das políticas *keynesianas* levou os países capitalistas desenvolvidos a vivenciar um período esplendoroso de crescimento econômico e viabilização das políticas de assistência pública estatal, favorecendo a criação do *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar nos principais países da Europa, apoiados no manual de orientação do Plano *Beveridge*, de 1942, através do relatório intitulado “Seguro Social e Serviços Associados”, de autoria de Sir William Beveridge (BUENOS AYRES, 2002).

Neste contexto, o ideário de Estado liberal de mercado, foi aos poucos, substituído pela noção de Estado interventor e garantidor dos direitos sociais. Os *keynesianos encontraram* no documento *Beveridge* os princípios constitutivos do Estado-providência moderno, que dava um novo sentido à noção de risco social e redefinia o Estado como o principal responsável pela proteção dos cidadãos na área social e contra o desemprego em massa.

### **3 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: o declínio das políticas de crescimento econômico e o ajuste do Estado brasileiro**

No final dos anos de 1960 e início de 1970 o capitalismo começou a dar sinais de esgotamento. O modelo de produção criado pelo *taylorismo* e *fordismo* não conseguiu mais



atender aos interesses do capital, em função da redução no consumo provocado pelo desemprego estrutural que se iniciava; a taxa de lucro das empresas começou a diminuir; o capital financeiro passou a ser especulado e ser aceito no mercado internacional; a crise fiscal do Estado capitalista levou a uma redução dos gastos públicos com a posterior transferência deste para o capital privado e promovendo a aceleração do processo de privatização (ANTUNES, 2000).

Diante do quadro que se formava verificou-se uma reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação cujos reflexos mais visíveis foram o surgimento do neoliberalismo, com o desmonte do setor produtivo estatal, a privatização do Estado, além de processo intenso de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2000).

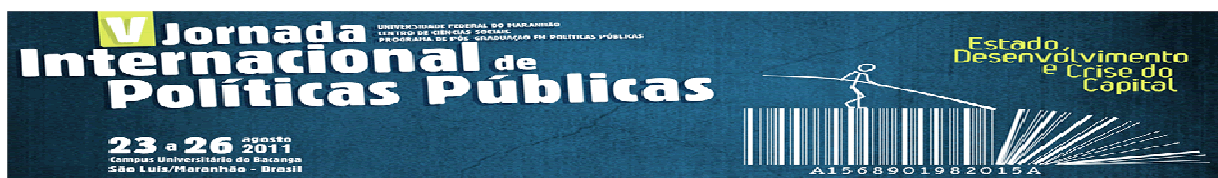
A nova configuração desenhada para o trabalho e o trabalhador, segundo Antunes e Alves (2004), entre outros, refere-se à redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, produzido na era da indústria verticalizada (*taylorista/fordista*); o surgimento de um novo proletariado que se apresenta sob as diversas formas de trabalho precarizado (terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre outras); o aumento do trabalho feminino; a expansão do setor de serviços; a expansão do trabalho doméstico, dentre outros.

Esse novo formato apresentado pelo mercado de trabalho não é verificado somente em países subdesenvolvidos. Nos países ricos, à medida que o capitalismo avança, observa-se a formação crescente de um exército industrial de reserva, que é descrita por Marx (1996) como a consequência natural e prevista desse modelo de produção que, ao mesmo tempo em que impulsiona todo o sistema, se torna a condição primeira para a existência deste.

Em resposta a esse conjunto de acontecimentos, a concretização das políticas neoliberais foi efetivada nos países periféricos com a assinatura do Consenso de *Washington*, cujo teor estabelecia uma série de medidas de ajuste estrutural a serem adotadas, voltadas para a desregulamentação dos mercados, a privatização do setor público e a redução do Estado.

A partir de então, inicia-se o processo de globalização que aproveitou alguns elementos do modelo *toyotista de produção*. Passou-se a adotar um novo modelo de produção mais flexível, cujo mecanismo de ajuste se adapta às exigências do mercado.

No Brasil, a concretização desse processo de globalização só foi possível com a Reforma do Estado que se tornou o lema dos anos 90: reconstruir um Estado novo através da recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social, através da contratação de organizações públicas não-estatais para realizar os serviços de educação, saúde e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial (BRESSER PEREIRA, 1997).



É nesse contexto social, político e econômico no qual as relações entre capital e trabalho já se encontravam bastante desgastadas que surgiram as políticas de emprego, das quais as políticas de intermediação de mão-de-obra fazem parte.

## **5 DESEMPREGO DOS TRABALHADORES CADASTRADOS NO SINE/PI, EM TERESINA, ENTRE 2004 E 2008**

Com a falência do *taylorismo* e do *fordismo*, o desemprego estrutural que assolava muitos países capitalistas favoreceu o surgimento da primeira política pública voltada para o trabalhador no Brasil. Ainda na primeira metade da década de 70, o governo do presidente Ernesto Geisel, através do Decreto nº 76.403, de 08 de outubro de 1975, criou o Sistema Nacional de Empregos/SINE, inicialmente, com o objetivo de reincorporar o trabalhador desempregado ao mercado de trabalho. Aos poucos, outras atribuições foram sendo incorporadas a esse órgão, como a qualificação de mão-de-obra e o seguro-desemprego.

No Estado do Piauí, o SINE foi criado por força do Decreto nº 256, de 10.05.77, e atualmente é administrado pela Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo-SETRE, com a prestação dos seguintes serviços à comunidade: informação e orientação sobre o mercado de trabalho, intermediação de mão-de-obra, seguro desemprego, qualificação de mão-de-obra, apoio ao trabalho autônomo e expedição da Carteira de Trabalho e Previdência Social (BRASIL, 2010).

Mesmo exercendo a sua principal função, que é a intermediação, o SINE/PI, em Teresina, não tem conseguido reduzir os índices de desemprego entre os trabalhadores cadastrados naquele órgão. Segundo o Relatório de Desempenho da Intermediação e Seguro Desemprego fornecido pelo Sistema Nacional de Emprego-SINE/PI, é cada vez maior o número de trabalhadores que saem do mercado de trabalho formal e realizam cadastro nesse órgão com o objetivo de serem atendidos pelo seguro-desemprego e/ou encaminhados ao mercado de trabalho, em Teresina.

Entre os diversos ramos da economia, o SINE/PI capta vagas de vários setores, como o extrativo mineral, indústria de transformação, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária, caça e pesca e extrativa vegetal, serviços industriais, entre outros (BRASIL, 2009b). Dentre estes, apesar de existir trabalhadores com os mais variados níveis de formação, a adequada qualificação profissional apresenta-se, em sua maioria, como praticamente inexistente.

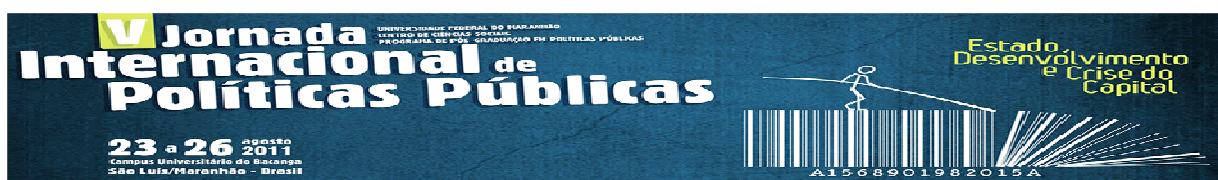


Tabela 1 – Trabalhadores cadastrados no SINE/PI, aproveitados, excedentes e percentual de aproveitamento dos trabalhadores cadastrados - Teresina - 2004 - 2008

ANO/ SITUAÇÃO	Trabalhadores cadastrados SINE/PI	Aproveitados	Excedentes	Percentual Aprov. Trabal. Cadastrados
2004	10.866	2.686	8.180	24,7%
2005	11.105	3.055	8.050	27,5%
2006	11.093	3.219	7.874	29,0%
2007	11.876	2.974	8.902	25,0%
2008	18.876	3.869	15.007	20,5%
TOTAL	63.816	15.803	48.013	24,7%

Fontes: Brasil, 2009a; Piauí, 2006; Piauí, 2007; Piauí, 2008.

Nos cinco anos estudados, observa-se que o percentual de aproveitamento dos trabalhadores inscritos situou-se abaixo de 30%; do total de 63.816 trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, somente 15.803 foram aproveitados no mercado de trabalho local, ou 24,7%. A variação na quantidade de trabalhadores aproveitados nos primeiros quatro anos é bem pequena, comportamento também apresentado pelos excedentes; somente em 2008, observa-se um crescimento de 30% na quantidade de trabalhadores aproveitados, percentual bem inferior ao apresentado pelos excedentes, que foi de 68,5%.

Vale ressaltar que a maior incidência de mão-de-obra cadastrada no SINE/PI, no período estudado, em busca de uma posição no mercado formal situa-se entre os trabalhadores com pouca ou nenhuma educação formal e/ou profissional e que, conseqüentemente, se encontram fora dos padrões de flexibilidade exigido pelo novo modelo capitalista. São ocupantes de posições as mais elementares possíveis, como: trabalhadores da pecuária, trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, servente de obras, carpinteiro, pedreiro, vigilante, faxineiro, motorista de caminhão, entre outros (BRASIL, 2009c).

Constata-se, aqui, a premissa defendida por muitos autores de que a utilização da tecnologia em substituição ao trabalho humano é responsável, em grande parte, tanto pelo desemprego como pela precarização do trabalho observado nas últimas décadas.

Logo, a grande maioria dos trabalhadores inscritos no SINE/PI, em Teresina, no período entre 2004 e 2008, não conseguiu uma colocação no mercado de trabalho local, seja em função da pouca oferta de emprego para a considerável demanda específica de mão-de-obra, seja por falta de uma educação formal e profissional mínima necessária que possibilitasse a inserção destes em áreas com maior oferta de vagas.

## 6 CONCLUSÃO





A crise capitalista que se desenhou a partir da década de 1970 revolucionou profundamente as formas de trabalho em todo o mundo, sendo também responsável pelo desemprego crescente, até mesmo nos países mais desenvolvidos.

Novas formas de trabalho surgiram fazendo com que os antigos trabalhadores, acostumados ao padrão *taylorista-fordista* de produção, fossem obrigados a conviver com as novas exigências desse novo mercado, agora mais flexível e exigente.

Para atender às novas exigências, o Estado, de configuração liberal, passou a intervencionista, regulando todas as ações do mercado e definindo estratégias para redução do desemprego causado pela crise do capitalismo. No Brasil, a criação do SINE, com o objetivo de recolocar o desempregado no mercado de trabalho, representou parte dessa estratégia.

Em Teresina, também constatou-se a existência de muitos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, cadastrados no SINE/PI, em Teresina, no período entre 2004 e 2008, em decorrência da crise do modo de produção capitalista. A pouca formação e a reduzida oferta de emprego nas áreas mais elementares condena estes trabalhadores a ficarem à margem do mercado formal, seja desempregado, seja submetendo-se ao trabalho precarizado e informal.

## 7 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Org. Ricardo Antunes. 3ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

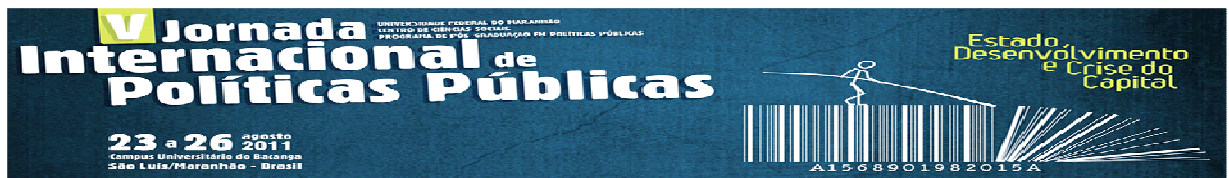
ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>  
Acesso em: 15 set 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Emprego. *Relatório Mensal de Acompanhamento – Modelo 1*. Teresina, 2009a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Emprego. Demonstrativo da Intermediação de Mão-de-Obra. Setor da Economia. Teresina, 2009b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Emprego. Demonstrativo da Intermediação de Mão-de-Obra. CBO. Teresina, 2009c.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e do Emprego. Emprego e Renda. *Sistema Nacional de Emprego*. 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sine/oquee.asp>  
Acesso em: 16 nov 2010.



BUENOS AYRES, Carlos A. M. de C. *Reforma do Estado, Administração Gerencial e Política Pública de Emprego no Brasil do Real: em busca da legitimidade perdida*. Brasília: UNB, 2002. (Tese de doutorado; digit.).

HELOANI, José Roberto. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Volume I e II. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A, 1996.

PIAUÍ. Governo do Estado do Piauí. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Boletim Analítico Anual. Conjuntura Econômica. Janeiro a Dezembro, 2006. 2006. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/200803/CEPRO07\\_6d274edc41.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/200803/CEPRO07_6d274edc41.pdf)  
Acesso em: 25 jan. 2011.

PIAUÍ. Governo do Estado do Piauí. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Boletim Analítico Anual. Conjuntura Econômica. Janeiro a Dezembro, 2007. 2007. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/200806/CEPRO27\\_c734c622cd.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/200806/CEPRO27_c734c622cd.pdf)  
Acesso em: 25 jan. 2011

PIAUÍ. Governo do Estado do Piauí. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO. Boletim Analítico Anual. Conjuntura Econômica. Janeiro a Dezembro, 2008. 2008. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201003/CEPRO24\\_aac3a5450d.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201003/CEPRO24_aac3a5450d.pdf)  
Acesso em: 25 jan. 2011.